

Desafios e possibilidades na rede municipal de educação de Diadema na gestão 2021-2024 a partir da prática curricular da Justiça Curricular

Juliana Fonseca de Oliveira Neriⁱ

Branca Jurema Ponceⁱⁱ

Ana Lúcia Sanchesⁱⁱⁱ

Resumo

O estudo da experiência de Diadema (2021-2024) a partir da proposta da Justiça Curricular revela-se como um contraponto aos avanços neoliberais porque é orientado a partir da participação social e da promoção da dignidade humana. Este artigo analisa os desafios e possibilidades desse conceito e seus desdobramentos práticos nas políticas públicas e práticas pedagógicas da rede municipal de Diadema, legitimando a experiência da história do Município e do país. Utiliza-se da categoria *legitimidade*, da Teoria Crítica da Educação, da proposta da Justiça Curricular, da justiça social pluralista e do ciclo de políticas como referencial teórico. A metodologia qualitativa adota a análise de conteúdo de documentos públicos. Diadema destaca-se como referência de legitimação e busca por Justiça Curricular, apesar dos desafios enfrentados.

Palavras-chave: Justiça Curricular; Projeto Político Pedagógico Participativo; Educação Integral; políticas públicas; legitimação.

Challenges and possibilities in the municipal education network of Diadema in the 2021-2024 administration based on the curricular practice of Curricular Justice

Abstract

The study of Diadema's experience (2021-2024) based on the Curricular Justice proposal reveals itself as a counterpoint to neoliberal advances because it is guided by social participation and the promotion of human dignity. This article analyzes the challenges and possibilities of this concept and its practical consequences in public policies and pedagogical practices in the municipal network of Diadema, legitimizing the experience of the history of the municipality and the country. The concepts of legitimation, Critical Education Theory, Curricular Justice, pluralistic social justice and the policy cycle are utilized as theoretical references. The qualitative methodology adopts content analysis of public documents. Diadema stands out as a reference for legitimation and the search for Curricular Justice, despite the challenges faced.

Keywords: Curricular Justice; Participatory Pedagogical Political Project; Integral Education; public policies; legitimation.

ⁱ Pós-doutoranda em Educação na UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP e do Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Unimes. E-mail: jfoneri@pucsp.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8104-2629>.

ⁱⁱ Formação em Filosofia e Pedagogia. Pós-Doutorado na Universidade da Coruña (2022). Professora Titular da PUCSP. Vários cargos de gestão acadêmica, incluindo o de Vice-Reitora (2000-2004). Líder do Grupo de Educação e Pesquisa em Justiça Curricular (GEPEJUC). E-mail: bjponce@pucsp.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9959-2680>.

ⁱⁱⁱ Doutora em Educação e Currículo PUC-SP, Secretária de Educação de Diadema e Coordenadora do GT de Educação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. E-mail: analuciasanches@uol.com.br - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4920-1829>.

Desafíos y posibilidades en la red educativa municipal de Diadema en la gestión 2021-2024 a partir de la práctica curricular de la Justicia Curricular

Resumen

El estudio de la experiencia de Diadema (2021-2024) a partir de la propuesta de Justicia Curricular se revela como un contrapunto a los avances neoliberales porque se guía por la participación social y la promoción de la dignidad humana. Este artículo analiza los desafíos y posibilidades de este concepto y sus consecuencias prácticas en las políticas públicas y prácticas pedagógicas en la red municipal de Diadema, legitimando la experiencia de la historia del Municipio y del país. Utiliza como referente teórico la categoría de *legitimidad*, la Teoría Crítica de la Educación, la propuesta de Justicia Curricular, la justicia social pluralista y el ciclo de políticas. La metodología cualitativa adopta el análisis de contenido de documentos públicos. Diadema se destaca como un referente de legitimación y búsqueda de Justicia Curricular, a pesar de los desafíos enfrentados.

Palabras clave: Justicia Curricular; Proyecto Político Pedagógico Participativo; Educación Integral; políticas públicas; legitimación.

1 INTRODUÇÃO

A busca por uma educação pública que se comprometa com princípios de justiça social e com a promoção da dignidade humana tem enfrentado desafios significativos nas últimas décadas. No cenário global ocidental, a educação é cada vez mais permeada por pressões internacionais de caráter neoliberal e interesses mercadológicos, ditados por organismos internacionais que tendem a priorizar metas de eficiência e resultados padronizados. Nesse contexto, a perspectiva da Justiça Curricular vem se fortalecendo como uma possível resposta contra-hegemônica, defendendo um currículo que prioriza a participação democrática, a valorização das pluralidades e a construção de um espaço educativo inclusivo e comprometido com as demandas dos territórios em que as escolas se inserem. Busca-se um modelo alternativo que desafie os mecanismos de exclusão, alinhando-se a valores de justiça e equidade educacional.

A justiça curricular é uma proposta de currículo pautada em direitos,

prevê a permanência exitosa do educando na escola e na vida e toma por currículo todo o processo ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo (Ponce; Neri, 2017, p. 1223).

São três as dimensões da Justiça Curricular: a do conhecimento epistemologicamente compreendido; a da convivência democrática e solidária para que se consolidem valores humanitários e se crie uma cultura de debate e de respeito ao outro; e, por fim, a do cuidado com todos os sujeitos do currículo para que se viabilize o pleno acesso ao direito à educação de qualidade social (Ponce; Costa; Araújo, 2023).

Fundamentada nos princípios da teoria crítica e alinhada à concepção de legitimidade, como analisada por Pierre Bourdieu (1978/2013) e Gisi e Adorno (2021), a tentativa deste artigo é auxiliar na legitimação da concepção e da proposta da Justiça Curricular de modo a tornar as práticas pedagógicas inclusivas e pluralistas também legitimadas. Esse processo apresenta desafios complexos.

Há uma tensa disputa de projeto de nação que perpassa o currículo escolar e as políticas públicas educacionais. Segundo Bourdieu (1978/2013), a legitimação se dá revestida de um valor de pertinência, como signo de reconhecimento (p. 111-112) enquanto um processo social e histórico que envolve a construção de consensos e a naturalização de determinadas práticas e discursos. Gisi e Adorno (2021) complementam essa perspectiva ao analisar que a legitimação pode ser utilizada tanto como instrumento de dominação e reprodução das desigualdades sociais ou como premissas de comportamento em processos democráticos.

Este artigo explora as especificidades do município de Diadema, que, de 2021 a 2024, implementou políticas públicas na área de educação inspiradas nos princípios de Justiça Curricular e da Educação Integral. A rede municipal possui um histórico de participação popular e práticas educacionais orientadas por uma agenda progressista.

O município se destaca por um alto índice de densidade demográfica e um contexto socioeconômico diversificado, fatores que influenciam diretamente a implementação de políticas educacionais.

Com base na análise do ciclo de políticas (Ball; Mainardes, 2024), este estudo examina o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas do município. Utilizam-se as três dimensões da Justiça Curricular (Ponce, 2018, p. 795) como proposta de análise: a do conhecimento, a do cuidado e a da convivência democrática, elementos fundamentais para a educação integral e para o fortalecimento de uma rede que valoriza a autonomia das escolas e a articulação com o território. A análise qualitativa, conduzida por

meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977), apoia-se em documentos públicos, buscando compreender como as pautas da Justiça Curricular se tornaram agenda e como foram integradas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) participativo da rede.

Neste artigo, busca-se responder às seguintes questões: Quais os desafios e as possibilidades da implementação da proposta da Justiça Curricular nas políticas e práticas pedagógicas em Diadema (2021-2024)? Pretende-se apontar como essas práticas contra-hegemônicas contribuíram para legitimar um modelo educacional orientado pela justiça social, refletindo sobre o impacto das políticas implementadas e as perspectivas de avanço dessa agenda no município. Ao final, espera-se contribuir para o debate sobre modelos possíveis de educação pública que valorizem a pluralidade, promovam a inclusão e consolidem a justiça social como princípio pedagógico e organizativo.

Metodologicamente, utilizamos a análise de conteúdo (Bardin, 1977) aplicada a documentos públicos, permitindo uma compreensão detalhada das dinâmicas e resultados das práticas pedagógicas e de gestão. A partir desta investigação, espera-se contribuir para o debate sobre a legitimidade e a efetividade das políticas preconizadas pela Justiça Curricular, posicionando Diadema como um caso de referência e aprendizado no cenário educacional brasileiro.

O município de Diadema compõe a região do Grande ABC, com sua história de lutas sindicais que marcaram a criação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores. Surge da emancipação de São Bernardo do Campo, em 1960, e estabeleceu-se demograficamente a partir do fluxo migratório decorrente do impulsionamento econômico para o sudeste. Fez-se cidade de ocupação desordenada do solo e contextos de miséria. Nos anos de 1980, apresentava setenta por cento de seu território composto por favelas, sem saneamento básico e muitos desafios.

O contexto político dessa década, momento de grande mobilização popular, levou a cidade a viver a primeira experiência do então criado Partido dos Trabalhadores (Sanches, 2009), em um governo marcado pela forte participação popular. Muitos conselhos e metodologias participativas, contexto propício para o entendimento de que a Justiça Curricular se materializa na história.

A rede municipal de educação de Diadema carrega camadas de experiências de prioridade ao atendimento aos mais pobres. Nesse percurso, a rede passou de 4 escolas

nos anos 1990 para chegar em 2024 a 60 escolas de educação básica, 3 Centros de Atenção à Inclusão Social (CAIS), alcançando mais de 30 mil estudantes matriculados.

Esta investigação concentrou-se em analisar como a rede municipal, por meio de seu PPP Participativo, construiu um currículo articulado com o território, valorizando as potencialidades locais e respondendo às demandas da comunidade com as características aqui destacadas. Nesse contexto, a autonomia relativa da escola e o fortalecimento da rede como sistema foram elementos cruciais. Programas como o "Escola Bem Cuidada", a participação no Plano Municipal de Educação (PME) e em conselhos escolares, além da realização de conferências como a CONAE, evidenciam o compromisso da gestão em fortalecer a participação democrática e a gestão compartilhada.

Esta gestão (2021-2024) investiu na autonomia relativa das escolas e no fortalecimento da rede como um sistema coeso e participativo. Fomentou a corresponsabilidade entre os diversos agentes educacionais por meio da participação ativa no Plano Municipal de Educação (PME) e em instâncias como o Conselho Municipal de Educação e nas Conferências da Educação (como a CONAE), que reafirmaram o compromisso com a gestão democrática e a tomada de decisões colaborativas. Destaca-se no âmbito das escolas a participação desde a infância por meio dos Grêmios Estudantis e Conselhos Curumins, envolvendo estudantes a partir de 3 anos, que, por suas vozes e propostas, vivenciaram a Pedagogia da Gestão Democrática. A partir dessas políticas, este artigo explora como o Projeto Político Pedagógico (PPP) participativo e a convivência democrática foram estruturados na prática, alinhando-se ao ciclo de políticas públicas.

Destaca-se a articulação entre o PPP Participativo e a convivência democrática na perspectiva da Justiça Curricular, buscando compreender como esse processo se insere no ciclo de políticas públicas e como se articula com a justiça social numa perspectiva pluralista. Serão analisados os programas, projetos e políticas implementados na gestão 2021-2024, com o objetivo de identificar como a convivência democrática, o cuidado e o conhecimento significativo foram promovidos.

Na dimensão do cuidado, a gestão 2021-2024 instituiu políticas de promoção do bem-estar e suporte integral ao aluno, com destaque para ações voltadas à saúde mental, segurança e acolhimento. São exemplos de políticas de cuidado a busca ativa de

estudantes infrequentes ou com frequência irregular, o aumento da equipe do núcleo social, formações sobre Comunicação não-violenta, mediação de conflitos, vínculos e habilidades sociais (Neri, 2023), e a publicação de uma Portaria (Diadema, 2023) com orientações de encaminhamentos referente à proteção à infância e adolescência (prevenção, procedimentos internos e notificação de suspeita de violência contra o bebê, à criança e ao adolescente).

Quanto à dimensão do conhecimento, Diadema obteve notável destaque ao ascender 77 posições no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado de São Paulo. Tal avanço reflete o impacto das políticas de formação contínua, do estímulo a práticas pedagógicas inovadoras e da valorização do ensino interdisciplinar, que se alinham ao objetivo de promover um conhecimento relevante e aplicável para a construção de uma vida digna. Isso reforça a importância de um currículo que integre conteúdos acadêmicos a práticas que promovam a cidadania e o desenvolvimento em diversas áreas, sempre em articulação com a realidade do território dos estudantes, suas experiências e vivências.

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre os desafios e o levantamento de possibilidades inspiradoras para práticas de políticas educacionais na educação pública. Por meio da análise das práticas pedagógicas e de gestão, busca-se refletir sobre essas políticas e as perspectivas de continuidade e aprimoramento na agenda educacional de Diadema.

2 JUSTIÇA CURRICULAR E A LEGITIMAÇÃO EM TEMPOS DE AVANÇOS CONSERVADORES

A proposta da Justiça Curricular, conforme aqui retratada, representa um contraponto essencial às tendências neoliberais e conservadoras no cenário educacional contemporâneo. Ao valorizar a diversidade, a participação democrática e a construção de conhecimentos relevantes para a vida, busca promover a transformação social e a equidade, contrastando com a padronização e exclusão, próprias das políticas neoliberais em educação. Nesse sentido, defende o direito a um currículo inclusivo, comprometido com as necessidades dos territórios escolares e orientado pelos princípios de pluralidade, equidade e democracia. Desafia a uniformidade imposta pela lógica mercadológica,

propondo um currículo que valorize a participação ativa e o reconhecimento das diversidades sociais e culturais para transformar situações opressoras.

Ao considerar a Justiça Curricular sob a ótica da legitimação, encontramos em Pierre Bourdieu e em autores contemporâneos como Bruna Gisi e Sérgio Adorno (2021) uma reflexão que enriquece a análise das políticas públicas justas e inclusivas. Bourdieu define *legitimação* como um processo social de construção de consensos que tornam certas práticas e discursos “naturais” ou “normais” na sociedade. Esse processo seria essencial para consolidar a Justiça Curricular como uma prática nas escolas. Gisi e Adorno (2021), ao estudarem autores que refletem sobre legitimidade, complementam essa visão e afirmam que a legitimação pode também servir como instrumento de dominação e manutenção de desigualdades, mas, quando redirecionada, tem o potencial de combater desigualdades e fortalecer práticas contra-hegemônicas. Pautados em Habermas, os autores afirmam que os procedimentos democráticos seriam dotados de força legitimadora por tornar possível que questões, contribuições, informações e razões flutuem livremente e garantam o caráter discursivo da formação da vontade política (Gisi; Adorno, 2021, p.10-11).

A legitimação é crucial para o ciclo de políticas públicas voltadas à Justiça Curricular e à educação democrática, de modo que essas práticas se tornem referência e resistam à descontinuidade de governos. É importante construir consensos, fortalecer a cultura escolar democrática e envolver a comunidade escolar na formulação de políticas. Isso demanda ações como: intensificar o diálogo com diferentes sujeitos sociais, utilizar canais de comunicação eficazes para divulgar resultados das políticas, fortalecer a formação de gestores e professores e valorizar a participação de estudantes nos processos decisórios, ações que foram executadas em Diadema, na gestão 2021-2024.

O processo de legitimação de práticas progressistas enfrenta desafios diante dos avanços conservadores, que buscam mercantilizar a educação, reduzir a autonomia das escolas e enfraquecer as políticas de inclusão. A valorização de um currículo, pautado pela visão neoliberal de competição e eficiência favorece a padronização, e não a equidade. Esses avanços conservadores, com raízes político-religiosas e econômicas, ameaçam as práticas da Justiça Curricular e da Educação Integral ao promover uma visão conformista e homogeneizadora de educação, que limita o engajamento crítico e a pluralidade cultural.

A legitimação dessas políticas exige não apenas uma aceitação momentânea, mas a sua consolidação enquanto referência educacional de longo prazo. É necessário construir um valor social em torno dessas práticas, de modo que conquistem a opinião pública e estabeleçam uma base de apoio robusta o suficiente para sobreviver a possíveis mudanças governamentais.

Para fortalecer essa legitimação, é preciso que, de fato, essas ações sejam implementadas de forma que respondam às demandas e aspirações das comunidades locais, destacando-se como soluções concretas para as desigualdades educacionais. Esse processo envolve a criação de redes de apoio entre educadores, gestores, estudantes e familiares, além de parcerias com movimentos sociais que defendem uma educação democrática e inclusiva. O fortalecimento dos conselhos escolares, diálogos comunitários e projetos curriculares participativos são ações essenciais para consolidar a Justiça Curricular como um valor coletivo, incorporado à cultura das escolas. Ademais, para garantir a continuidade de algumas políticas progressistas, é necessário torná-las leis.

No enfrentamento aos avanços conservadores, é fundamental fortalecer a autonomia escolar e valorizar a convivência democrática. A participação ativa dos estudantes, desde os anos iniciais, em grêmios e conselhos, fomenta uma consciência coletiva comprometida com o respeito à diversidade e com a educação inclusiva. Envolvendo estudantes e a comunidade escolar nas decisões, a Justiça Curricular ganha legitimidade e relevância, firmando-se como prática adaptável e sustentável.

Para que esse caminho pautado em ações coletivas se legitime em meio aos desafios impostos pelo conservadorismo, essas políticas educacionais precisam articular contradiscursos. Isso requer a defesa de valores como a pluralidade cultural e o acesso ao conhecimento crítico, opondo-se à visão mercadológica que vê a educação apenas como um treinamento para o mercado de trabalho. Promover políticas que invistam na formação continuada dos educadores e na criação de metodologias inovadoras é um passo fundamental para enraizar a prática em valores democráticos e sociais, tal como os proclamados pela proposta da Justiça Curricular.

O enfrentamento aos desafios conservadores passa pelo fortalecimento da legitimação das práticas de Justiça Curricular através da mobilização social em prol de uma educação pública de qualidade, sensível às realidades sociais e referenciada pelos

valores democráticos. É preciso desenvolver currículos que respondam às demandas dos territórios, valorizando conhecimentos e culturas locais, bem como fomentar sistemas de monitoramento coletivo que permitam a análise contínua das políticas educacionais, garantindo sua eficácia e legitimidade. Estabelecer parcerias com universidades, sindicatos e movimentos sociais, assim como o uso estratégico das redes sociais para a comunicação e mobilização, também fortalece uma frente ampla em defesa da educação inclusiva.

O diálogo entre a teoria da legitimação e práticas de resistência é essencial para consolidar a proposta da Justiça Curricular. Em tempos de retrocesso, cabe aos gestores, educadores e à sociedade civil um esforço contínuo de promoção de uma educação que valorize a democracia e a dignidade humana, visando uma sociedade mais justa e igualitária. É possível implementar um currículo que, em vez de reproduzir desigualdades, promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes, tornando-se um referencial ético e educacional para as futuras gerações.

Nas próximas seções, destacamos como a busca por Justiça Curricular foi realizada em Diadema durante a gestão 2021-2024, abordando em cada uma das dimensões — convivência democrática, cuidado e conhecimento — o que foi alcançado, os desafios enfrentados e aqueles que se apresentam no atual contexto conservador.

3 PPP PARTICIPATIVO E CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NO TERRITÓRIO: PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

A construção de uma trajetória de currículo pautada na Justiça Curricular passa pela promoção da convivência democrática e pela inclusão da comunidade escolar nas decisões pedagógicas, o que se tornou especialmente relevante na rede pública municipal na referida gestão. Nesta análise, exploramos o papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) Participativo (Gandin, 2001) e da convivência democrática na promoção da Educação Integral, em alinhamento com a Justiça Curricular. Discute-se como a convivência democrática se entrelaça com o ciclo de políticas públicas e a perspectiva pluralista de justiça social.

O PPP Participativo de Diadema (2021-2024) configurou-se como um marco para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva. Elaborado com a participação de gestores, professores, estudantes, famílias e a comunidade local, ele ultrapassa a organização pedagógica, assumindo uma função política e social. Seu processo de elaboração contou com reuniões e assembleias para discutir e negociar os princípios, objetivos e ações prioritários para a escola. A participação ampla permitiu a inclusão de diversas vozes na definição do PPP, resultando em uma prática educativa que valoriza a diversidade e a cidadania. O PPP torna-se, assim, um espaço de aprendizagem e um excelente exercício de cidadania, proporcionando uma formação integral que dialoga com o território da escola, indo além dos conteúdos tradicionais.

O currículo de Diadema, reformulado em 2022, incluiu a convivência democrática tal como proposta pela Justiça Curricular como um dos pilares da formação integral, promovendo o respeito, o diálogo e a cooperação. Essa abordagem não visou apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o engajamento em questões sociais e a formação cidadã dos alunos. A convivência democrática foi incentivada pela implementação de práticas como os Grêmios Estudantis e Curumins, que estimularam a participação dos estudantes, permitindo-lhes sugerir melhorias e desenvolver responsabilidade coletiva. Os podcasts “Grêmios Curumim Diadema” registram algumas dessas práticas, destacando o valor da escuta ativa e do diálogo.

A implementação do PPP Participativo e da proposta da convivência democrática em Diadema alinha-se ao ciclo de políticas públicas descrito por Ball e Mainardes (2024), que compreende formulação, implementação e monitoramento. Esse ciclo permitiu o incentivo e o aprimoramento da convivência democrática, adaptando-se continuamente às demandas locais e ampliando o diálogo entre a comunidade escolar e os representantes governamentais. Esse processo assegurou uma gestão participativa e flexível, reforçando o compromisso com a proposta da Justiça Curricular e da educação Integral e garantindo a legitimidade das políticas educacionais.

A convivência democrática vivenciada na rede escolar municipal de Diadema também reflete o conceito de justiça social pluralista de Gewirtz e Cribb (2011), que enfatiza a inclusão e a valorização da multiplicidade de vozes e experiências. A escola torna-se um espaço que promove a diversidade cultural e social, essencial em uma

comunidade heterogênea como Diadema. O PPP Participativo e as práticas de convivência democrática ampliam o compromisso com essa pluralidade, fortalecendo o papel da escola como um espaço acolhedor, onde diferentes culturas e perspectivas são respeitadas e integradas ao currículo.

Entre 2021 e 2024, a rede implementou projetos e programas para promover a convivência democrática dentro dos objetivos de Justiça Curricular e da educação integral. Todos os projetos foram acompanhados pelo PPP Participativo, que foi monitorado coletivamente para atender às expectativas da comunidade. Um dos programas destacados foi o Mais Educação, que ampliou a jornada escolar e ofereceu atividades extracurriculares para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essas atividades visaram ao desenvolvimento de habilidades sociais, essenciais para a convivência democrática, e à articulação com o território, proporcionando uma formação ampla e contextualizada para os alunos.

Outros programas, como os Conselhos Escolares e os Grêmios, ampliaram o espaço de voz dos estudantes, fortalecendo seu senso de pertencimento e permitindo-lhes influenciar as decisões escolares. Por meio de reuniões regulares com o prefeito, a vice-prefeita e a secretária de educação, os estudantes apresentaram demandas e sugestões, contribuindo para ações de promoção da cultura de paz e enfrentamento ao *bullying*, em especial no Observatório de Segurança Cidadã.

Apesar dos avanços, a implementação da Justiça Curricular na dimensão da convivência democrática enfrentou desafios. Entre eles, a necessidade de formação contínua dos educadores para lidar com a diversidade e fomentar práticas participativas, além do tempo necessário para consolidar essas práticas. A construção de uma convivência democrática exige o comprometimento de toda a comunidade escolar, o que nem sempre foi alcançado de forma homogênea. Além disso, o processo de implementação demandou persistência para estabelecer práticas que tragam resultados duradouros.

As práticas de convivência democrática em Diadema mostraram que a proposta da justiça curricular pode ser efetivamente construída através da integração da comunidade escolar e do fortalecimento das relações entre escola e território. Experiências como o PPP Participativo, o Programa Mais Educação e a criação de grêmios e conselhos demonstram

que é possível desenvolver uma educação integral e inclusiva, que valorize a diversidade e promova a formação cidadã dos estudantes. Essa experiência aponta para a construção de uma educação pública de qualidade, comprometida com a equidade e a justiça social em uma sociedade plural. A continuidade dessas práticas, fortalecendo a cultura escolar, assegura que os princípios da proposta da justiça curricular permaneçam como referência mesmo em face de mudanças políticas.

4 A DIMENSÃO DO CUIDADO NA JUSTIÇA CURRICULAR EM DIADEMA (2021 – 2024)

A proposta da justiça curricular na rede municipal de Diadema, especialmente durante a gestão 2021-2024, transcendeu a sua dimensão acadêmica, integrando o cuidado como uma responsabilidade fundamental do processo educativo. A gestão adotou uma série de programas e políticas para garantir que o currículo se articulasse com ações de cuidado, visando responder às necessidades sociais, emocionais e culturais dos estudantes. Nesta seção, analisamos como o cuidado foi incorporado ao currículo de 2022, explorando programas e projetos implementados com esse propósito. Reflete-se sobre o fortalecimento de vínculos durante o contexto pandêmico e as ações de busca ativa de estudantes com frequência irregular.

Em 2022, o currículo da rede municipal de Diadema foi elaborado de forma a contemplar não apenas os conteúdos acadêmicos, mas também aspectos voltados ao desenvolvimento integral dos estudantes. O cuidado foi promovido como um valor fundamental, refletido em práticas pedagógicas que buscaram compreender e atender as necessidades dos estudantes em sua totalidade, incluindo a saúde mental, o bem-estar emocional e o fortalecimento dos vínculos comunitários. A proposta curricular promoveu o cuidado nas relações interpessoais, incentivando o respeito, a escuta ativa e o apoio mútuo entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Este enfoque reconhece a escola como um espaço de acolhimento e proteção, onde o cuidado é parte central do desenvolvimento educacional e social dos estudantes.

Durante a gestão 2021-2024, diversos programas foram implementados para assegurar que o cuidado se tornasse uma prática concreta na rede municipal. Programas como o *Adolescente Aprendiz* e o *EJA na Comunidade* destacaram-se com a oferta de

oportunidades educacionais e de formação profissional para adolescentes e adultos em situações de vulnerabilidade. Esses projetos auxiliaram os estudantes a desenvolver habilidades profissionais, ao mesmo tempo em que promoviam a inclusão social e ampliavam o senso de pertencimento dos participantes.

O programa *Lentes do Saber* foi uma iniciativa que propiciou aos estudantes o acesso a atividades culturais e artísticas, funcionando como uma ferramenta de cuidado ao favorecer o desenvolvimento integral e fortalecer a identidade dos estudantes. Além disso, o *Observatório de Segurança Cidadã* foi outro projeto relevante que promoveu ações para a segurança e o bem-estar nas escolas, prevenindo violências e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para a comunidade escolar.

A adaptação do currículo às necessidades individuais dos estudantes, considerando seus diferentes ritmos de aprendizagem e contextos de vida, também foi uma demonstração de cuidado. Além das adaptações necessárias no contexto da recomposição das aprendizagens dos estudantes do ensino fundamental, destaca-se o compromisso em efetivar no período pandêmico e pós-pandemia um currículo voltado para pedagogias participativas na educação infantil. Isso demandou investimento em mobiliário novo (com inspiração na abordagem Pikler), intensificação das formações, acompanhamento e compartilhamento de práticas pedagógicas.

Esses programas evidenciam o compromisso da gestão de Diadema com a proposta da justiça curricular que entende o cuidado como um direito fundamental dos estudantes, promovendo uma educação que valoriza o ser humano e suas necessidades complexas e diversas.

Durante a pandemia de COVID-19, o fortalecimento dos vínculos e o cuidado tornaram-se ainda mais essenciais na rede municipal de Diadema. A necessidade de distanciamento social afetou significativamente a continuidade dos estudos de muitos alunos, resultando em frequências irregulares ou ausências prolongadas. Em resposta, a rede implementou uma estratégia de *busca ativa* para garantir que os estudantes com frequência descontínua fossem acompanhados e incentivados a retornar à escola. Essa busca ativa foi realizada em parceria com as famílias e com os serviços sociais e de saúde locais, promovendo um esforço conjunto para manter os estudantes envolvidos e assistidos. Esse processo também contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre a

escola e as famílias, fortalecendo a rede de apoio necessária para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A efetivação da dimensão do cuidado no currículo de Diadema, apesar de suas conquistas, apresentou desafios significativos. Dentre eles, destacaram-se a dificuldade em garantir a continuidade das ações de cuidado diante das demandas sociais amplificadas pela pandemia. A alta demanda de suporte social e emocional exigiu uma ampliação da equipe de profissionais capacitados para lidar com situações de vulnerabilidade e de saúde mental, o que nem sempre foi viável. Além disso, a resistência de alguns membros da comunidade escolar em relação à priorização do cuidado como parte essencial do currículo refletiu uma visão tradicionalista da educação, dificultando aspectos da implementação das políticas e programas voltados ao cuidado.

Apesar dos desafios, a integração do cuidado no currículo apresentou inúmeras possibilidades promissoras. O fortalecimento dos vínculos entre estudantes, escola e comunidade emergiu como uma oportunidade para promover uma educação mais inclusiva e responsiva às necessidades dos estudantes. A presença de programas como o *Adolescente Aprendiz*, *EJA na Comunidade* e *Observatório de Segurança Cidadã* demonstrou o potencial de uma abordagem educacional que valoriza o desenvolvimento humano e social, integrando o cuidado como parte fundamental do processo educativo.

A experiência da gestão em tela evidencia que, ao priorizar o cuidado, é possível transformar a escola em um espaço que promove não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o bem-estar e a formação cidadã dos estudantes. O compromisso com a justiça curricular e a dimensão do cuidado permite que a educação atenda de maneira mais ampla e inclusiva às necessidades dos estudantes, contribuindo para a legitimação da busca por construir uma sociedade mais justa e solidária.

5 A DIMENSÃO DO CONHECIMENTO NA JUSTIÇA CURRICULAR DE DIADEMA

A dimensão do conhecimento na justiça curricular trata da valorização e democratização do acesso ao conhecimento que efetivamente transforma vidas. Michael Young (2014) defende o conceito de *conhecimento poderoso*, destacando a importância de saberes que têm a capacidade de transformar a vida das pessoas e a sociedade.

Segundo o autor, o conhecimento poderoso vai além do saber utilitário e imediato, abrangendo conteúdos que permitem uma compreensão crítica da realidade e que capacitam os sujeitos a participarem ativamente na construção da sociedade. No contexto da rede municipal de Diadema, a gestão 2021-2024 comprometeu-se em tornar o currículo mais inclusivo e significativo, promovendo uma educação que prepara os estudantes para uma vida digna e para a transformação de sua realidade. Esta seção explora a importância do conhecimento no currículo de Diadema, apresentando os programas, projetos e políticas que buscaram efetivar uma educação transformadora.

Para Young (2014), o *conhecimento poderoso* é aquele que permite o empoderamento dos indivíduos, possibilitando que compreendam e questionem a realidade em que vivem. Esse tipo de conhecimento, portanto, deve ser priorizado em currículos que visam a justiça curricular, pois oferece aos estudantes não apenas informação, mas o poder de ação e transformação social. Em Diadema, a gestão em tela esforçou-se para oferecer conteúdos contextualizados, alargando o repertório cultural e incentivando os estudantes a desenvolverem uma compreensão crítica do mundo e de si mesmos.

Inspirados pelo pensamento de Paulo Freire e por outros teóricos críticos, a rede de Diadema promoveu o aprendizado com finalidade emancipatória, entendendo que o conhecimento prioritário é aquele que possibilita a transformação social. Freire (1979) nos ensina que conhecer é um ato de construção de consciência e que a educação deve ser um processo de libertação. Para isso, a rede buscou um currículo que não apenas “transmitisse conteúdos”, mas que desenvolvesse nos estudantes a capacidade de análise crítica, de modo que pudessem refletir sobre a sua realidade e transformá-la.

A valorização da cultura local e o reconhecimento da identidade dos estudantes foram componentes fundamentais do currículo. Esse enfoque no território e na cultura permitiu que os estudantes reconhecessem seu próprio valor, estimulando o pertencimento e a valorização de suas origens. A educação crítica promovida visou alargar o repertório dos estudantes ao apresentar uma gama de conhecimentos sem desprezar a cultura e os saberes locais.

Em 2022, o currículo de Diadema foi desenhado para refletir esses valores, trazendo o conhecimento significativo ao centro das práticas pedagógicas, permitindo que os

estudantes relacionassem o conteúdo aprendido com as realidades sociais e culturais de suas comunidades. Esse esforço resultou em um currículo vivo, que se conectava com o dia a dia dos estudantes, do território e incentivava o diálogo entre o conhecimento formal e as experiências de vida de cada educando.

A gestão 2021-2024 implementou diversas iniciativas para promover o conhecimento significativo na rede. O programa *Diadema de Dandara a Piatã* foi um exemplo notável, ao incorporar a cultura afro-brasileira e indígena ao currículo. Essa iniciativa buscou não só fortalecer a identidade dos estudantes, mas também valorizar a ancestralidade e os saberes culturais desses grupos, promovendo uma educação antirracista e inclusiva.

Outro projeto relevante foi o *Programa Aprender Mais*, que ofereceu suporte adicional aos estudantes com dificuldades de aprendizagem. Esse programa colaborou com o direito à aprendizagem, proporcionando apoio específico para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

O Grupo de Recomposição das Aprendizagens (GRA) foi criado com o objetivo de reverter os impactos da pandemia, focando na recuperação de aprendizagens essenciais. Esse grupo trabalhou de maneira intensiva e personalizada, promovendo conhecimentos significativos para os estudantes e garantindo o direito à aprendizagem para todos.

Além disso, a *Prova Diadema*, elaborada por professores e coordenadores pedagógicos da própria rede, destacou-se como uma iniciativa comprometida com a identidade educacional local. Essa avaliação permitiu um monitoramento detalhado das aprendizagens dos estudantes e forneceu dados importantes para o planejamento de formações e intervenções pedagógicas.

A rede municipal também investiu em uma equipe de formação focada em promover vivências e experiências variadas, que ampliou o repertório técnico e metodológico de professores, mirando nos resultados dos estudantes. Desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscou-se garantir o direito ao conhecimento e à cultura, utilizando estratégias de ensino variadas, ativas, que valorizam a plasticidade cerebral e a diversidade cultural.

O fortalecimento de pedagogias participativas na educação infantil e a promoção de uma educação integral no ensino fundamental foram diretrizes importantes para a

ampliação dos repertórios dos estudantes. A EJA na comunidade, com passeios e atividades fora do espaço escolar, ofereceu aos alunos adultos novas experiências, ampliando seus horizontes culturais e contribuindo para a construção de conhecimentos significativos para a vida.

Os resultados dessas iniciativas foram evidentes no desempenho da rede de Diadema. Entre 2021 e 2024, Diadema subiu 77 posições no ranking do IDEB do Estado de São Paulo, um avanço que reflete o compromisso da rede com a promoção de uma educação de qualidade, baseada em um conhecimento significativo e transformador.

Embora os avanços tenham sido expressivos, a efetivação da dimensão do conhecimento na justiça curricular enfrentou desafios, como a necessidade de constante atualização e capacitação dos docentes para atender às demandas do currículo transformador. Em tempos em que as avaliações externas medem apenas habilidades e competências previstas na BNCC, elaboradas a partir da matriz da OCDE (Silva; Silva; Ferreira, 2022), assumir o posicionamento de construir conhecimento a partir do território, no território, com pautas identitárias, pedagogias participativas e qualidade socialmente referenciada é algo desafiador.

A experiência de Diadema na gestão 2021-2024 evidencia as possibilidades de uma educação baseada na proposta da justiça curricular, onde o conhecimento poderoso se torna acessível a todos os estudantes. A implementação de um currículo voltado para o desenvolvimento integral e a valorização dos saberes locais e culturais permite que a escola seja um espaço de transformação e pertencimento. As práticas pedagógicas e os programas dessa gestão apontam para um caminho onde o conhecimento empodera, incluindo e valorizando todos os sujeitos na construção de uma sociedade mais justa e plural.

6 CONCLUSÃO

As práticas implementadas pela gestão de Diadema entre 2021 e 2024 ampliaram a reflexão sobre o conceito de Justiça Curricular ao demonstrar que é possível estruturar uma rede educacional baseada nos princípios de convivência democrática, cuidado e conhecimento transformador. Ao enfatizar a formação integral dos estudantes e o

fortalecimento dos vínculos com o território, as iniciativas abordaram a justiça curricular de forma prática e concreta, valorizando as pluralidades culturais e sociais. Tais práticas, ao se enraizarem nas escolas e na comunidade, ilustram como a proposta da justiça curricular pode ser um elemento central na promoção de uma educação equitativa e inclusiva.

O embasamento teórico da Justiça Curricular, oriundo de autores críticos e de teorias pluralistas de justiça social, pode continuar orientando avanços necessários nas práticas educacionais. Ao desafiar padrões neoliberais e mercadológicos, a Justiça Curricular reforça a necessidade de políticas públicas que respeitem a dignidade humana e promovam o desenvolvimento social. Para assegurar a continuidade de políticas progressistas, é essencial que as práticas de justiça curricular sejam institucionalizadas, de forma a permanecerem efetivas mesmo diante de mudanças políticas. As práticas educacionais devem englobar a valorização dos saberes locais e culturais, articulando-se ao território e criando uma educação significativa e transformadora para todos os estudantes.

A experiência de Diadema, enquanto alternativa aos princípios neoliberais e interesses mercadológicos, destacou-se ao construir políticas de valorização da educação pública e do desenvolvimento social da comunidade. Em um cenário onde as pressões econômicas frequentemente favorecem a padronização e a exclusão, Diadema defendeu um modelo educacional comprometido com a dignidade e a participação social. Ao investir em programas de participação, cuidado e conhecimento significativo, a gestão consolidou uma resposta contrária às tendências de redução da educação pública a uma mercadoria, reafirmando o papel da escola como um espaço de emancipação e construção coletiva.

Dessa forma, a trajetória de Diadema entre 2021 e 2024 não só fortalece o entendimento de Justiça Curricular, mas também representa uma referência para outras redes educacionais comprometidas com uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. Tendências atuais dos estudos de Políticas Educacionais. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2013, n. 96, p. 105-111, jul. 2013. Publicado originalmente em L'Arc, no 72, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- DIADEMA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Diadema 2022**. Diadema: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em: [http://educacao.diadema.sp.gov.br/educacao/attachments/article/5638/Curr%C3%ADculo%20Diadema%202022_copressed%20\(1\).pdf](http://educacao.diadema.sp.gov.br/educacao/attachments/article/5638/Curr%C3%ADculo%20Diadema%202022_copressed%20(1).pdf). Acesso em: 15 set. 2023.
- DIADEMA. **Portaria SE nº 1, de 30 de maio de 2023**. Orientações de encaminhamento para as Unidades Educacionais da rede direta e conveniada referente à proteção à infância e adolescência (prevenção, procedimentos internos e notificação de suspeita de violência contra o bebê, à criança e ao adolescente) e articulação com a rede de proteção social, na forma que especifica. Diário Oficial Eletrônico de Diadema: ano 3, Diadema, SP, n. 401, p. 5-8, 31 maio 2023. Disponível em: http://arquivosdoe.diadema.sp.gov.br/arquivos_diario_oficial/publicacoes/2023/467/31052023_DOE_Diadema_401.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução de Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/cadcampo,+cadernos_de_campo_n14-15_231-239_2006.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 1, pp.81-95, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2001/vol1/no1/4.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- GEWIRTZ, Susan.; CRIBB, Allan. Concepções plurais de justiça social: implicações para a sociologia das políticas. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GISI, Bruna. ADORNO, Sergio. Apresentação: Legitimidades, conhecimento e dominação política. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 33, n. 3. set.-dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Db9GTPw6dQwzVqmsbzfPQXx/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: The mit Press, 1996.

NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. Vínculos e habilidades sociais para enfrentamento da violência contra a criança pela escola. **RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, v. VII, n. 2, p. 163-188, jul.-dez. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/12892>. Acesso em: 10 out. 2024.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. O currículo escolar em busca da justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 331-349, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23663>. Acesso em: 10 out. 2024.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar 290 (VSI) e o direito à aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1208-1233, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35125>. Acesso em: 10 out. 2024.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

PONCE, Branca Jurema; COSTA, Thaís Almeida; ARAÚJO, Wesley. **Justiça Curricular**: por uma educação comprometida com a justiça social. São Paulo: Dialética, 2023.

SANCHES, Ana Lucia. **Conselho de compromisso**: uma experiência de participação compartilhada - Diadema/SP - 2002/2009. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANCHES, Ana Lucia. **Programa Diadema Mais Educação**: uma experiência de educação integral e proteção integral. 2017. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Maria Abádia; SILVA, Maicon Donizete Andrade; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação**. n. 1. v. 27, p. 1-20. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qdwqLQwJjgsGsQyMt8qN8Rs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Outros Temas**, Cad. Pesqui., v. 44, n. 151, mar., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142851>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Recebido em: 06/12/2024

Aprovado em: 09/12/2024

Publicado em: 23/12/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.